

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 104

n. 73

São Paulo

quarta-feira, 20 de abril de 1994

PODER EXECUTIVO

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR N° 748, DE 19 DE ABRIL DE 1994

Altera as referências iniciais e finais dos integrantes do Quadro do Magistério.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º — A série de classes de docentes e as classes de especialistas de educação do Quadro do Magistério, a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 645, de 27 de dezembro de 1989, em decorrência de reclassificação, ficam com as referências iniciais e finais fixadas na conformidade do Anexo que faz parte integrante desta lei complementar.

Artigo 2º — Os títulos dos funcionários e servidores abrangidos por esta lei complementar serão apostilados pelas autoridades competentes.

Artigo 3º — O disposto nesta lei complementar aplica-se aos inativos.

Artigo 4º — As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento-Programa vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o presente exercício, créditos suplementares até o limite de CRS 1.112.000.000,00 (um bilhão, cento e doze milhões de cruzeiros reais).

Artigo 5º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 1993.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de abril de 1994.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

*Carlos Estevam Aldo Martins
Secretário da Educação
Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo
Secretário da Administração e Modernização do Serviço Público
Renato Martins Costa
Secretário do Governo*

Publicada na Assessoria Técnica-Legislativa, aos 19 de abril de 1994.

Artigo 2º — O valor da Gratificação de Função referido no artigo anterior será calculado sobre o padrão do cargo ou função-atividade do servidor, acrescido da Gratificação Especial instituída pela Lei nº 7.795, de 1º de abril de 1992, mediante aplicação dos índices previstos nos incisos I, II e III do artigo 3º da Lei Complementar nº 670, de 20 de dezembro de 1991.

Artigo 3º — A classe de Secretário de Escola constante do anexo a que se refere o artigo 2º da Lei Complementar nº 720, de 20 de junho de 1993, fica enquadrada na referência 10 da Escala de Vencimentos — Nível I: intermediário a que se refere o inciso II do artigo 9º da Lei Complementar nº 712, de 12 de abril de 1993.

§ 1º — O disposto neste artigo aplica-se nas mesmas bases e condições aos inativos.

§ 2º — Os títulos dos servidores abrangidos por este artigo serão apostilados pelas autoridades competentes.

Artigo 4º — A Escala de Vencimentos — Nível Intermediário a que se refere o inciso II do artigo 9º da Lei Complementar nº 712, de 12 de abril de 1993, passa ser constituída de 10 (dez) referências.

Artigo 5º — As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar serão cobertas com as dotações próprias do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, créditos suplementares até o limite de CRS 796.202.000,00 (setecentos e noventa e seis milhões, duzentos e dois mil cruzeiros reais), mediante a utilização de recursos nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Artigo 6º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1993.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de abril de 1994.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Eduardo Maia de Castro Ferraz

Secretário da Fazenda

Carlos Estevam Aldo Martins

Secretário da Educação

Norman Puggina

Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Planejamento e Gestão

Renato Martins Costa

Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 19 de abril de 1994.

ANEXO **Anexo de Enquadramento das Classes — Quadro do Magistério**

A que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 748, de 19 de abril de 1994

Denominação	Situação Atual			Situação Nova		
	Tabela	Referência		Tabela	Referência	
		SOC	Início		SOC	Início
Assistente de Diretor de Escola	I	59	69	Assistente de Diretor de Escola	I	61
Coordenador Pedagógico	II	58	68	Coordenador Pedagógico	II	60
Delegado de Ensino	I	67	77	Delegado de Ensino	I	69
Diretor de Escola	II	63	73	Diretor de Escola	II	65
Orientador Educacional	II	58	68	Orientador Educacional	II	60
Professor I	II	52	62	Professor I	II	54
Professor II	II	54	54	Professor II	II	56
Professor III	II	56	66	Professor III	II	58
Supervisor de Ensino	II	65	75	Supervisor de Ensino	II	67

LEI COMPLEMENTAR N° 749, DE 19 DE ABRIL DE 1994

Altera e acrescenta dispositivos nas leis complementares que especifica e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º — Fica acrescentado ao artigo único da Disposição Transitória da Lei Complementar nº 717, de 11 de junho de 1993, o inciso III:

"III — 19% (dezenove por cento) para os integrantes da classe de Agente Administrativo."

Artigo 2º — O artigo 2º da Lei Complementar nº 721, de 22 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2º — O artigo 2º da Lei Complementar nº 721, de 22 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 20 de abril — Quarta-feira

- 9h Dr. Ricardo Augusto Mesquita, Assessor Especial do Governador.
- 11h Cel. PM Antonio de Jesus Gandolfi, Chefe da Casa Militar.
- 12h30 Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Dr. Antônio Corrêa Meyer.
- 15h Secretário do Governo, Dr. Renato Martins Costa.
- 16h30 Secretário do Meio Ambiente, Dr. Edis Milaré.
- 18h30 Secretário da Administração e Modernização do Serviço Público, Dr. Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo.

Seção I

Esta edição, de 112 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias

Secretaria do Governo.....	5	Esportes e Turismo	33
Planejamento e Gestão.....	6	Habitação	33
Justiça e Defesa da Cidadania..	6	Meio Ambiente	34
Criança, Família e Bem-Estar Social.....	7	Procuradoria Geral do Estado	37
.....	Transportes Metropolitanos	37
Segurança Pública	8	Recursos Hídricos, Saneamento e Obras	37
Administração Penitenciária ..	9	Universidade de São Paulo	37
Fazenda.....	12	Universidade Estadual de Campinas	40
Agricultura e Abastecimento ..	14	Universidade Estadual Paulista	40
Educação	15	Ministério Público	42
Saúde.....	19	Tribunal de Contas	43
.....	Editorais	52
Transportes	32	Concursos	55
.....	Assembleia Legislativa	96
Cultura	33	Diário dos Municípios	106
.....	Ministérios e Órgãos Federais	112

ANEXO **A que se refere o artigo 2º da Lei Complementar nº 720, de 22 de junho de 1993**

Anexo de Enquadramento das Classes

— Quadro de Apoio Escolar

Situção atual	Denominação	Tabela	Situção nova			Referência
			Denominação	Tabela	EV	
Servente de Escola	SOC-III	Servente de Escola	SOC-III	EVNE	2	
Inspetor de Alunos	SOC-III	Inspetor de Alunos	SOC-III	EVNE	3	
Oficial de Escola	SOC-III	Oficial de Escola	SOC-III	EVNI	3	
Secretário de Escola	SOC-III	Secretário de Escola	SOC-II	EVNI	7	
Assistente da Administração Escolar	SOC-III	Assistente da Administração Escolar	SOC-III	EVNI	2	

LEIS

LEI N° 8.794, DE 19 DE ABRIL DE 1994

AutORIZA A FAZENDA DO ESTADO A ADOTAR MEDIDAS DE PRIVATIZAÇÃO E EVENTUAL EXTINÇÃO DA CEAGESP — COMPANHIA DE ENTREPÓSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º — Fica a Fazenda do Estado autorizada, nos termos do artigo 115, inciso XXI, da Constituição do Es-

tado, a aprovar, por meio de seus representantes junto à Assembléia Geral da Ceagesp — Companhia de Entrepóstos e Armazéns Gerais de São Paulo, a adoção alternativa, cumulativa ou sucessiva das seguintes providências:

- I — alienação de ações;
- II — criação de subsidiárias, para fins de alienação;
- III — cisão parcial, para fins de alienação;
- IV — reforma do Estatuto Social, com redefinição de seu objeto, para consecução das finalidades desta lei;
- V — concessão remunerada de uso ou de direito real de uso de entrepostos do sistema estadual de abastecimento, com ou sem concessão de serviço de utilidade pública;